

Congresso quer 'desengavetar' 118 decretos-leis

BRASÍLIA — Com 118 decretos-leis "engavetados", aguardando leitura — entre eles os Cruzados II e III e 60 outros remanescentes do Governo Figueiredo —, o Congresso Nacional passará a reunir-se, a partir de agora, em três sessões semanais (segundas-feiras à noite, terças pela manhã e sextas à tarde). Temendo a possibilidade de aprovação de decretos-leis por decurso de prazo, o Presidente do Senado, Humberto Lucena — que dirige as sessões do Congresso —, informou ontem que o objetivo é iniciar um "trabalho intensivo, na tentativa de esgotar a pauta". Mas revelou estar ainda preocupado:

— O que me preocupa bastante é o absoluto desinteresse dos congressistas em comparecerem ao plenário para as sessões do Congresso. Um número reduzidíssimo de parlamentares costuma aparecer e isso vai dificultar quando tivermos matérias a serem votadas — disse Lucena, que levou suas preocupações ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e acertou um calendário de três reuniões semanais também para o Senado, que tem sua pauta sobrecarregada com pedidos de empréstimos e nomeações de embaixadores, que precisam ser aprovados.

O "engavetamento" dos decretos-leis levou o Deputado Vitor Facione (PDS-RS) a preparar uma representação que ajuizará no Supremo Tribunal Federal contra a Mesa do Congresso, para obrigá-la a colocar as matérias em tramitação. A intenção é fazer com que os decretos sejam lidos, já que o prazo de 60 dias para sua aprovação só começa a ser contado a partir da leitura. Segundo Lucena, o novo calendário de sessões, iniciado ontem, permitirá uma média de cinco leituras de decretos-leis por sessão.

O Presidente do Senado explicou que a realização de três sessões por semana poderá vigorar até o início da votação da nova Constituição e não afastou a possibilidade de convocação até mesmo de sessões diárias até lá.

Parlamentares e assessores da Mesa não acreditam, porém, na possibilidade de esgotar a pauta até o final deste ano. E não sabem o que poderá acontecer.

Dos 118 decretos-leis aguardando leitura (há mais 18, já assinados pelo Presidente José Sarney, que estão sendo aguardados), os mais importantes são referentes às reformas econômicas de novembro de 1986 e fevereiro passado. O Cruzado II, de número 2.390, por exemplo, já foi parcialmente revogado, sem ter sua primeira versão aprovada pelo Congresso. Dezenas de decretos são referentes a reajuste de vencimentos para servidores e nem mesmo os três primeiros decretos-leis assinados pelo Presidente Sarney em 15 de março de 1985, criando os Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Urbano e Ciência e Tecnologia, foram aprovados. A única exceção cabe aos decretos relativos ao Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, que tiveram tramitação mais rápida.

5 AGO 1987